

**ESTATUTOS**

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE**

**TAEKWONDO**



**[Aprovados]**

- Os atuais estatutos da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, foram aprovados por unanimidade, pelos delegados presentes na assembleia-geral de 28 de Janeiro de 2018, que ocorreu em Vialonga.

## INDICE

<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>5</b>
<i>Artigo 1.º - Objeto .....</i>	<i>5</i>
<i>Artigo 2.º - Natureza e Regime.....</i>	<i>5</i>
<i>Artigo 3.º - Princípios de organização e funcionamento .....</i>	<i>5</i>
<i>Artigo 4.º - Denominação e sede.....</i>	<i>5</i>
<i>Artigo 5.º - Responsabilidade .....</i>	<i>6</i>
<i>Artigo 6.º - Publicação das decisões.....</i>	<i>6</i>
<i>Artigo 7.º - Direito de Inscrição .....</i>	<i>7</i>
<i>Artigo 8.º - Atribuições .....</i>	<i>7</i>
<b>CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>SECÇÃO I - ASSOCIADOS .....</b>	<b>8</b>
<i>Artigo 9.º - Treinador.....</i>	<i>8</i>
<i>Artigo 10.º - Categorias de Associados .....</i>	<i>8</i>
<i>Artigo 11.º - Aquisição e perda da qualidade.....</i>	<i>8</i>
<i>Artigo 12.º - Associados efetivos.....</i>	<i>9</i>
<i>Artigo 13.º - Associados extraordinários.....</i>	<i>9</i>
<i>Artigo 14.º - Associados honorários .....</i>	<i>9</i>
<i>Artigo 15.º - Associados de mérito.....</i>	<i>9</i>
<i>Artigo 16.º - Direitos dos associados.....</i>	<i>9</i>
<i>Artigo 17.º - Deveres dos associados.....</i>	<i>10</i>
<b>SECÇÃO II – ÓRGÃOS .....</b>	<b>10</b>
<i>Artigo 18.º - Órgãos estatutários .....</i>	<i>10</i>
<i>Artigo 19.º - Eleições .....</i>	<i>10</i>
<i>Artigo 20.º - Assembleia-geral.....</i>	<i>11</i>
<i>Artigo 21.º - Mesa da assembleia-geral.....</i>	<i>11</i>
<i>Artigo 22.º - Funcionamento da assembleia-geral .....</i>	<i>12</i>
<i>Artigo 23.º - Assembleia-geral ordinária.....</i>	<i>12</i>
<i>Artigo 24.º - Assembleia-geral extraordinária .....</i>	<i>12</i>
<i>Artigo 25.º - Anulabilidade das deliberações .....</i>	<i>13</i>
<i>Artigo 26.º - Composição da assembleia-geral .....</i>	<i>13</i>
<i>Artigo 27.º - Representatividade na assembleia-geral .....</i>	<i>13</i>
<i>Artigo 28.º - Deliberações sociais .....</i>	<i>13</i>
<i>Artigo 29.º - O Presidente .....</i>	<i>13</i>
<i>Artigo 30.º - A Direção .....</i>	<i>14</i>
<i>Artigo 31.º - Conselho fiscal .....</i>	<i>15</i>
<i>Artigo 32.º - Funcionamento dos órgãos sociais .....</i>	<i>15</i>
<i>Artigo 33.º - Atas.....</i>	<i>15</i>
<b>SECÇÃO III - TITULARES DOS ÓRGÃOS .....</b>	<b>16</b>
<i>Artigo 34.º - Requisitos de elegibilidade .....</i>	<i>16</i>
<i>Artigo 35.º - Incompatibilidades .....</i>	<i>16</i>
<i>Artigo 36.º - Duração do mandato e limites à renovação .....</i>	<i>16</i>

<i>Artigo 37.º - Perda de mandato .....</i>	<i>17</i>
<b>SECÇÃO IV – REGIME DISCIPLINAR .....</b>	<b>17</b>
<i>Artigo 38.º - Princípios gerais disciplinares .....</i>	<i>17</i>
<i>Artigo 39.º - Infrações.....</i>	<i>18</i>
<b>CAPÍTULO III - GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA.....</b>	<b>19</b>
<i>Artigo 40.º - Património.....</i>	<i>19</i>
<i>Artigo 41.º - Receitas .....</i>	<i>19</i>
<i>Artigo 42.º - Despesas.....</i>	<i>19</i>
<i>Artigo 43.º - Orçamento.....</i>	<i>20</i>
<b>CAPÍTULO IV - DISTINÇÕES HONORÍFICAS.....</b>	<b>21</b>
<i>Artigo 44.º - Atribuições .....</i>	<i>21</i>
<b>CAPÍTULO V - ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS, EXTINÇÃO E DISSOLUÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<i>Artigo 45.º - Alteração dos estatutos .....</i>	<i>22</i>
<i>Artigo 46.º - Extinção e dissolução.....</i>	<i>22</i>
<b>CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS .....</b>	<b>23</b>
<i>Artigo 47.º - Regulamentos .....</i>	<i>23</i>
<i>Artigo 48.º - Norma transitória.....</i>	<i>23</i>

## **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **ARTIGO 1.º - OBJETO**

1. O presente estatuto estabelece o regime da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO e as condições de organização, de estruturação e de garantia da prossecução dos seus objetivos.

### **ARTIGO 2.º - NATUREZA E REGIME**

1. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO é uma pessoa coletiva constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos e constitui-se por tempo indeterminado.
2. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO tem como fins: promover, organizar, gerir e defender a classe de treinadores de Taekwondo em parceria com a Federação da modalidade.
3. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO rege-se pelos presentes estatutos, pelos regulamentos complementares e pela legislação nacional aplicável.

### **ARTIGO 3.º - PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

1. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO organiza-se e prossegue as suas atividades de acordo com os princípios da liberdade, da democraticidade, da representatividade e da transparência.
2. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO é independente do estado, dos partidos políticos, das instituições religiosas e da Federação da modalidade.

### **ARTIGO 4.º - DENOMINAÇÃO E SEDE**

1. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, abreviadamente designada por Associação, foi fundada a 24 de Março de 2010.
2. A sede da Associação situa-se na Rua Padre António Bianchi nº 12 1º Dt. 2600-605 Castanheira do Ribatejo, podendo ser alterada mediante decisão da Assembleia-geral.

**ARTIGO 5.º - RESPONSABILIDADE**

1. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO responde civilmente perante terceiros pelas ações ou omissões dos titulares dos seus órgãos que profiram as decisões referidas no número seguinte, trabalhadores, representantes legais e auxiliares, nos termos em que os comitentes respondem pelos atos ou omissões dos seus comissários.
2. A responsabilidade da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO e dos titulares dos seus órgãos que profiram decisões finais no respetivo âmbito de competências e sem possibilidade de qualquer outro meio de impugnação ou recurso internos.
3. Os titulares de órgãos da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, seus trabalhadores, representantes legais ou auxiliares respondem civilmente perante estas, pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais ou estatutários.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica a responsabilidade disciplinar ou penal que no caso couber.

**ARTIGO 6.º - PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES**

1. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO deve publicitar as suas decisões através da disponibilização na sua página *online*, de todos os dados relevantes e atualizados relativos à sua atividade, em especial:
  - a) Dos estatutos e regulamentos, em versão consolidada e atualizada, com menção expressa das deliberações que aprovaram as diferentes redações das normas neles constantes;
  - b) Os orçamentos e as contas dos últimos três anos, incluindo os respetivos balanços;
  - c) Os planos e os relatórios de atividades dos últimos três anos;
  - d) A composição dos corpos gerentes;
  - e) Os contatos da associação e dos respetivos órgãos sociais (endereço, telefone e correio eletrónico).

**ARTIGO 7.º - DIREITO DE INSCRIÇÃO**

1. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO não pode recusar a inscrição de treinadores de taekwondo, desde que os mesmos preencham as condições regulamentares de filiação e nos termos destes estatutos.

**ARTIGO 8.º - ATRIBUIÇÕES**

1. À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO no sentido de garantir a prossecução dos seus objetivos, competirá designadamente:
  - a) Representar os treinadores perante os clubes, associações de taekwondo, a federação e outras instituições de cariz estatal ou privado;
  - b) Divulgar e fazer observar as regras de Taekwondo oficialmente estabelecidas;
  - c) Promover, coordenar ou organizar a realização de ações de formação;
  - d) Estabelecer as regras de acordo com as normas internacionalmente e nacionalmente definidas;
  - e) Participar nas ações promovidas pelos órgãos do estado e da Federação da modalidade, destinadas a incentivar o desenvolvimento do Taekwondo;
  - f) Gerir os recursos humanos, técnicos e financeiros postos à sua disposição para garantir a prossecução dos objetivos;
  - g) Zelar pelo cumprimento dos presentes estatutos e das demais normas regulamentares.
2. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO exerce também, por delegação da Federação da modalidade, as funções que lhes são atribuídas.

## **CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO**

### **SECÇÃO I - ASSOCIADOS**

#### **ARTIGO 9.º - TREINADOR**

1. Considera-se Treinador de Taekwondo todos os agentes desportivos que detenham cédula de treinador de desporto emitida pelo Instituto Português do Desporto Juventude (IPDJ) ou por outra entidade reconhecida pela Associação.

#### **ARTIGO 10.º - CATEGORIAS DE ASSOCIADOS**

1. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO tem as seguintes categorias de associados:
  - a) Associados efetivos;
  - b) Associados extraordinários;
  - c) Associados honorários;
  - d) Associados de mérito.

#### **ARTIGO 11.º - AQUISIÇÃO E PERDA DA QUALIDADE**

1. A qualidade de associado é conferida pela direção da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO.
2. A qualidade de associado será perdida nos seguintes casos:
  - a) Por renúncia expressa do interessado;
  - b) Extinção do organismo ou morte do titular;
  - c) Expulsão em consequência de processo disciplinar que termine pela aplicação dessa pena;
  - d) Perda dos requisitos necessários para admissão.



**ARTIGO 12.º - ASSOCIADOS EFETIVOS**

1. São associados efetivos os treinadores que estejam regularmente inscritos na ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO.

**ARTIGO 13.º - ASSOCIADOS EXTRAORDINÁRIOS**

1. São associados extraordinários, os ex-treinadores ou futuros treinadores que requeiram a inscrição nessa qualidade.

**ARTIGO 14.º - ASSOCIADOS HONORÁRIOS**

1. São associados honorários, as pessoas singulares ou coletivas que se notabilizem por relevantes serviços prestados ao Taekwondo e, como tal reconhecidos pela Assembleia-geral.

**ARTIGO 15.º - ASSOCIADOS DE MÉRITO**

1. São associados de mérito, os agentes desportivos ligados ao Taekwondo e à ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, que contribuam de forma notável para o progresso da modalidade e, como tal reconhecidos pela Assembleia-geral.

**ARTIGO 16.º - DIREITOS DOS ASSOCIADOS**

1. São direitos dos associados efetivos, entre outros, os seguintes:
  - a) Eleger os órgãos sociais da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO;
  - b) Participar e votar nas reuniões da Assembleia-geral, nos termos destes estatutos;
  - c) Propor alterações aos estatutos e regulamentos da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO;
  - d) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia-geral;
  - e) Colaborar nas atividades da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO em harmonia com os respetivos regulamentos e normas.
2. Os associados extraordinários, honorários e de mérito poderão participar na assembleia-geral sem direito a voto.
3. O exercício dos direitos dos associados está pendente da regularidade da sua situação perante a ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO no respeitante ao cumprimento das suas obrigações.

**ARTIGO 17.º - DEVERES DOS ASSOCIADOS**

1. São deveres dos associados, entre outros, os seguintes:
  - a) Colaborar no desenvolvimento do Taekwondo e na promoção dos valores éticos do desporto;
  - b) Respeitar as deliberações e decisões dos órgãos sociais da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO;
  - c) Cumprir as disposições estatutárias e regulamentos da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO;
  - d) Satisfazer pontualmente os pagamentos referentes a quotas, taxas e outras importâncias que hajam em dívida para com a ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO.
  - e) Quaisquer outros que lhes sejam atribuídos em estatutos ou regulamentos.

**SECÇÃO II – ÓRGÃOS**

**ARTIGO 18.º - ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS**

- 1) A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO tem na sua estrutura orgânica, os seguintes órgãos:
  - a) Assembleia-geral;
  - b) Presidente;
  - c) Direção;
  - d) Conselho Fiscal;
- 2) Sem prejuízo do disposto no número anterior, a ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, poderá adotar outras denominações para os seus órgãos, desde que esteja acautelado o cumprimento das respetivas funções.

**ARTIGO 19.º - ELEIÇÕES**

1. A candidatura a presidente da direção só é admitida se acompanhada de candidatura aos outros órgãos a que se refere o artigo anterior.
2. Todos os órgãos são eleitos em listas próprias e devem possuir um número ímpar de membros.

3. Os estatutos ou regulamentos da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, não podem exigir que as listas de candidatura para os diversos órgãos sejam subscritas por mais do que 10% dos delegados à assembleia-geral.

**ARTIGO 20.º - ASSEMBLEIA-GERAL**

1. A assembleia-geral é o órgão deliberativo da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO cabendo-lhe, designadamente:
  - a) A eleição ou destituição da mesa da assembleia-geral;
  - b) A eleição ou destituição dos titulares dos órgãos referidos nas alíneas b a d) do artigo 18.º;
  - c) A aprovação do relatório, do balanço, do orçamento e dos documentos de prestação de contas;
  - d) A aprovação e alteração dos Estatutos;
  - e) A aprovação da proposta da extinção da associação;
  - f) Quaisquer outras que não caibam na competência específica dos demais órgãos.
2. Por requerimento subscrito por um mínimo de 20% dos treinadores da Associação, pode ser solicitada a apreciação, para efeitos de cessação de vigência ou de aprovação de alterações, de todos os regulamentos da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO.
3. O requerimento referido no número anterior deve ser apresentado no prazo de 30 dias após a publicitação, nos termos do artigo 6.º, da aprovação do regulamento em causa.
4. A aprovação de alterações a qualquer regulamento só pode produzir efeitos a partir do início da época desportiva seguinte, salvo quando decorrer de imposição legal, judicial ou administrativa.

**ARTIGO 21.º - MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL**

1. A assembleia-geral é dirigida por uma Mesa constituída por três elementos, sendo um o Presidente.
2. Nas ausências e impedimentos do Presidente, este é substituído por um dos elementos da mesa, pela ordem da lista eleita.
3. No caso de faltar a totalidade dos membros da mesa, a Assembleia elege uma Mesa “ad hoc” para dirigir os trabalhos.

4. O Presidente da Mesa da Assembleia-geral confere posse aos membros eleitos para os órgãos da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO.

**ARTIGO 22.º - FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA-GERAL**

1. A assembleia-geral deve reunir em sessões de carácter ordinário e extraordinário, designadas, respetivamente, assembleia-geral Ordinária e assembleia-geral Extraordinária.
2. A assembleia-geral deve ser convocada pelo Presidente da Mesa, por solicitação da Direção ou do Presidente da Associação, consoante os casos, mediante comunicação escrita a cada um dos associados, em carta registada com aviso de receção ou por email, com a antecedência mínima de quinze dias, devendo, ainda, a ordem de trabalhos constar do aviso da convocação, bem como do local e hora do início da reunião.
3. A assembleia-geral reunirá, em primeira convocação, à hora marcada na convocatória, quando estiver presente a maioria dos associados com direito de voto. Se não existir quórum, a assembleia-geral reunirá, em segunda convocatória, meia hora depois, podendo deliberar com qualquer número de associados.
4. Salvo o disposto em matéria de alteração estatutária ou dissolução da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, as deliberações da assembleia-geral são tomadas por maioria dos votos dos delegados presentes.

**ARTIGO 23.º - ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA**

1. A assembleia-geral ordinária reúne até ao fim do mês de Março e no mês de Novembro de cada ano, quando convocada pelo Presidente da Mesa, por solicitação da Direção.
2. A assembleia-geral reúne até ao fim do mês de Março para discutir e votar o relatório de atividades e as contas referentes ao ano anterior, devendo constar, em especial, informação sobre a execução do plano de atividades e do exercício em aplicação.
3. A assembleia-geral reúne no mês de Novembro para discutir e aprovar o plano de atividades e o orçamento ordinário para o ano seguinte, bem assim como do orçamento suplementar para o ano em curso, quando necessário.
4. À assembleia-geral ordinária caberá, ainda, pronunciar-se sobre quaisquer outros assuntos mencionados na ordem de trabalhos.

**ARTIGO 24.º - ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A assembleia-geral reunirá extraordinariamente quando convocada pelo Presidente da Mesa, por solicitação da direção, a pedido de qualquer órgão social ou a requerimento de, pelo menos, um terço dos treinadores da associação em pleno gozo dos seus direitos.

**ARTIGO 25.º - ANULABILIDADE DAS DELIBERAÇÕES**

1. São anuláveis as deliberações em contrário a lei, estatutos e regulamentos em vigor, bem como nos casos em que a convocatória ou funcionamento hajam sido irregulares.
2. A anulabilidade e consequente perda de eficácia das deliberações pode ser arguida dentro do prazo de sessenta dias, pelos Presidentes dos órgãos sociais da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, ou por qualquer sócio que não tenha sido regularmente convocado, ou se tenha oposto à deliberação.

**ARTIGO 26.º - COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL**

1. A assembleia-geral é composta pelos treinadores que sejam membros da associação.

**ARTIGO 27.º - REPRESENTATIVIDADE NA ASSEMBLEIA-GERAL**

1. Cada treinador tem direito a um voto.
2. Os associados admitidos durante o período eleitoral não poderão exercer o direito de voto, embora possam participar na assembleia-geral, bem como os associados que não se encontrem no pleno uso dos seus direitos.

**ARTIGO 28.º - DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

1. O exercício do direito de voto na assembleia geral da Associação é pessoal, sem possibilidade de representação, podendo ser exercido por correspondência apenas no caso de se tratar de Assembleia-geral eletiva.
2. Salvo no caso de Assembleia-geral eletiva, é admitida a utilização de sistemas de videoconferência na Assembleia-geral.
3. As deliberações para a designação dos titulares de órgãos ou que envolvam a apreciação de comportamentos ou das qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto.

**ARTIGO 29.º - O PRESIDENTE**

1. O Presidente da direção representa a ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, assegura o seu regular funcionamento e promove a colaboração entre os seus órgãos.
2. Compete, em especial, ao presidente:
  - a) Representar a ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO junto da Federação da modalidade;

- b) Representar a associação junto das suas organizações congéneres, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- c) Representar a associação em juízo;
- d) Convocar as reuniões da direção e dirigir os respetivos trabalhos, cabendo-lhe o voto de qualidade quando exista empate nas votações;
- e) Solicitar ao presidente da mesa da assembleia-geral a convocação de reuniões extraordinárias deste órgão;
- f) Assegurar a organização e o bom funcionamento dos serviços;
- g) Contratar e gerir o pessoal ao serviço da associação.

### **ARTIGO 30.º - A DIREÇÃO**

1. A direção é o órgão colegial de administração da associação, sendo integrada pelo presidente e pelos membros eleitos nos termos estatutários.
2. Compete à direção administrar a associação, incumbindo-lhe, designadamente:
  - a) Aprovar os regulamentos e publicitá-los, nos termos do artigo 6.º;
  - b) Organizar os eventos da associação;
  - c) Garantir a efetivação dos direitos e deveres dos associados;
  - d) Elaborar anualmente o plano de atividades;
  - e) Elaborar anualmente e submeter a parecer do conselho fiscal o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas;
  - f) Administrar os negócios da associação em matérias que não sejam especialmente atribuídas a outros órgãos;
  - g) Zelar pelo cumprimento dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação.
3. Em caso de vacatura do cargo de um dos membros da direção e inexistindo suplentes na lista eleita, a direção deve propor à Assembleia Geral um substituto, que é por esta eleito.
4. A direção é constituída por um mínimo de três membros, sendo um o Presidente.

**ARTIGO 31.º - CONSELHO FISCAL**

1. O Conselho fiscal fiscaliza os atos de administração financeira da associação.
2. O Conselho fiscal é constituído por três membros, sendo um o Presidente.
3. Compete, em especial, ao conselho fiscal:
  - a) Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas;
  - b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
  - c) Acompanhar o funcionamento da associação, participando aos órgãos competentes as irregularidades financeiras de que tenha conhecimento.
4. Quando um dos membros do Conselho fiscal não tenha tal qualidade, as contas da associação são, se necessário, certificadas por um técnico oficial de contas antes da sua aprovação em assembleia-geral.
5. As competências do conselho fiscal podem ser exercidas por um fiscal único, o qual, é necessariamente, um revisor oficial de contas ou uma sociedade revisora de contas, sendo designado nos termos estabelecidos nos estatutos.

**ARTIGO 32.º - FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

1. Os órgãos sociais são convocados pelos respetivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de qualidade.
3. Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções em regime benévolo, apenas podendo ser abonados para despesas de deslocação, conforme o estabelecido na lei.

**ARTIGO 33.º - ATAS**

1. Das reuniões de qualquer órgão colegial da associação é sempre lavrada ata que, depois de aprovada, deve ser assinada pelo presidente ou pelo secretário ou, no caso da assembleia-geral, por um dos membros da respetiva mesa.

**SECÇÃO III - TITULARES DOS ÓRGÃOS**

**ARTIGO 34.º - REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE**

1. São elegíveis para os órgãos da associação os maiores não afetados por qualquer incapacidade de exercício, que não sejam devedores da associação, nem hajam sido punidos por infrações de natureza criminal, contra-ordenacional ou disciplinar em matéria de violência, dopagem, corrupção, racismo, xenofobia, até cinco anos após o cumprimento da pena, que não tenham sido punidos por crimes praticados no exercício dos cargos dirigentes em federações desportivas ou por crimes contra o património destas, até cinco anos após o cumprimento da pena, salvo se a sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial.

**ARTIGO 35.º - INCOMPATIBILIDADES**

1. É incompatível com a função de titular de órgão da Associação:
  - a) O exercício de outro cargo na ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO;
  - b) A intervenção, direta ou indiretamente, em contratos celebrados com a ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO

**ARTIGO 36.º - DURAÇÃO DO MANDATO E LIMITES À RENOVAÇÃO**

1. O mandato dos titulares dos órgãos da associação é de quatro anos, em regra coincidentes com o ciclo olímpico.
2. Podem realizar-se eleições parciais para um órgão social quando, no decurso do mandato, ocorram vagas que não lhe permitam ter quórum.
3. O tempo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.
4. Ninguém pode exercer mais do que três mandatos seguidos num mesmo órgão da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO.
5. Depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, os titulares dos órgãos não podem assumir aquelas funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido.
6. No caso de renúncia ao mandato, os titulares dos órgãos referidos nos números anteriores não podem candidatar-se para o mesmo órgão nas eleições imediatas nem que as realizem no quadriénio imediatamente subsequente à renúncia.



**ARTIGO 37.º - PERDA DE MANDATO**

1. Sem prejuízo de outros factos previstos nos estatutos, perdem o mandato os titulares de órgãos que, após a eleição, sejam colocados em situação que os torne inelegíveis ou relativamente aos quais se apure uma das incompatibilidades previstas na lei ou nos estatutos.
2. Perdem, ainda, o mandato os titulares dos órgãos, que no exercício das suas funções ou por causa delas, intervenham em contrato no qual tenham interesse, por si, como gestor de negócio ou representante de outra pessoa, e bem assim, quando nele tenha interesse o seu cônjuge, alguém parente ou afim na linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral ou qualquer pessoa com quem viva em economia comum.
3. Os contratos que tiverem intervindo titulares de órgãos que impliquem a perda do seu mandato são nulos nos termos gerais.

**SECÇÃO IV – REGIME DISCIPLINAR**

**ARTIGO 38.º - PRINCÍPIOS GERAIS DISCIPLINARES**

1. O regime disciplinar deve prever, designadamente, as seguintes matérias:
  - a) Sujeição dos agentes desportivos a deveres gerais e especiais de conduta que tutelem, designadamente, os valores da ética desportiva e da transparência e verdade das competições desportivas, com o estabelecimento de sanções determinadas pela gravidade da sua violação;
  - b) Observância dos princípios da igualdade, irretroatividade e proporcionalidade na aplicação das sanções;
  - c) Exclusão das penas de irradiação ou de duração indeterminada;
  - d) Enumeração das causas ou circunstâncias que eximam, atenuem ou agravem a responsabilidade do infrator, bem como os requisitos da extinção desta;
  - e) Exigência do processo disciplinar para a aplicação de sanções quando estejam em causa as infrações mais graves e, em qualquer caso, quando a sanção a aplicar determine a suspensão de atividade por um período superior a um mês;

f) Consagração das garantias de defesa do arguido, designadamente exigindo que a acusação seja suficientemente esclarecedora dos factos determinantes do exercício do poder disciplinar e estabelecendo a obrigatoriedade de audiência do arguido nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar;

**ARTIGO 39.º - INFRAÇÕES**

1. Constituem infrações sujeitas a procedimento disciplinar:

- a) A violação dos estatutos e regulamentos da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO
- b) O não cumprimento ou desobediência face à aplicação das deliberações dos corpos sociais da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO;
- c) A prática de atos de indisciplina causadores de danos para os membros dos órgãos sociais da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, para os agentes desportivos ou que de algum modo afetem o prestígio e o bom nome do Taekwondo e das suas instituições.

### **CAPÍTULO III - GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA**

#### **ARTIGO 40.º - PATRIMÓNIO**

1. O património da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO é constituído pela universalidade dos seus direitos e obrigações.

#### **ARTIGO 41.º - RECEITAS**

1. Constituem receitas da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO:
  - a) O produto das taxas e quotas a pagar pelos associados, nos termos regulamentares;
  - b) As receitas dos eventos organizados pela Associação;
  - c) O produto das multas, indemnizações e cauções ou taxas de justiça que revertam para a Associação;
  - d) Depósitos relativos a recursos julgados improcedentes, nos termos regulamentares;
  - e) Os subsídios da Federação ou de outras entidades;
  - f) As doações, heranças e legados;
  - g) Outras receitas legalmente autorizadas.

#### **ARTIGO 42.º - DESPESAS**

1. Constituem despesas da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO
  - a) Os encargos com o respetivo funcionamento e com o cumprimento das suas atribuições e das competências dos seus órgãos;
  - b) Os custos de aquisição, manutenção e conservação dos seus equipamentos ou serviços que tenha que utilizar.
  - c) As realizadas por motivo das deslocações e representações no interesse da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, efetuadas pelos membros dos seus órgãos e outros;
  - d) As resultantes da atividade desportiva, por ela promovida;

- e) As resultantes do cumprimento de contratos, operações de crédito ou decisões judiciais;
- f) As anuidades ou taxas de filiação em organizações nacionais ou internacionais; e,
- g) Todas as despesas eventuais realizadas de acordo com os estatutos e regulamentos ou autorizados pela Assembleia-geral.

**ARTIGO 43.º - ORÇAMENTO**

1. A gestão patrimonial e financeira, incluindo a organização da contabilidade, rege-se pelas normas aplicáveis às associações desportivas sem fins lucrativos.
2. O ano social é o ano civil.

## **CAPÍTULO IV - DISTINÇÕES HONORÍFICAS**

### **ARTIGO 44.º - ATRIBUIÇÕES**

1. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO poderá atribuir a pessoas singulares ou coletivas distinções honoríficas, como reconhecimento pela prática de atos e atividades de relevo no domínio desportivo, compreendendo as seguintes:
  - a) Associado honorário;
  - b) Associado de mérito;
  - c) Medalha de honra;
  - d) Medalha de mérito;
  - e) Público Louvor.
2. As distinções referidas nas alíneas c), d) e e) do número anterior, são atribuídas pela Direção, enquanto as restantes são da competência da assembleia-geral.
3. O regime, das distinções honorárias, será regulado por regulamento próprio e complementar dos presentes estatutos.

## **CAPÍTULO V - ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS, EXTINÇÃO E DISSOLUÇÃO**

### **ARTIGO 45.º - ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS**

1. Os presentes estatutos poderão ser alterados pela assembleia-geral, mediante proposta da Direção, obtido o parecer favorável dos restantes órgãos.
2. As alterações referidas no número anterior terão que obter o voto favorável de três quartos dos votos dos associados presentes e no pleno gozo dos seus direitos.

### **ARTIGO 46.º - EXTINÇÃO E DISSOLUÇÃO**

1. Para além das causas legais de extinção, a Associação só poderá ser dissolvida por motivos de tal forma graves e insuperáveis que tornem impossível a realização dos seus fins.
2. A dissolução será deliberada pela assembleia-geral especialmente convocada para esse fim, necessitando do voto favorável de três quartos dos votos do número total dos associados no pleno gozo dos seus direitos.
3. Extinta a Associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados.

## **CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

### **ARTIGO 47.º - REGULAMENTOS**

1. Os órgãos sociais da Associação devem providenciar pela elaboração dos regulamentos tidos por convenientes.
2. A elaboração dos regulamentos para a conveniente aplicação dos princípios gerais definidos nestes estatutos, e com vista à prossecução dos objetivos da Associação obedecem à legislação em vigor.

### **ARTIGO 48.º - NORMA TRANSITÓRIA**

A alterações introduzidas nestes estatutos não afeta a atual composição nem mandatos em curso dos órgãos sociais da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TREINADORES DE TAEKWONDO, apenas produzindo os seus efeitos relativamente às eleições subsequentes para os órgãos sociais.